

Ética Moderna

Deontológica e Consequencialista

A modernidade é o período de maior crescimento intelectual da história. Um período movido pela força de renascimento cultural e o iluminismo intelectual consegue resgatar da era cristã um homem autônomo e forte. A negação do cristianismo e do passado é uma marca presente dos intelectuais modernos. O questionamento central proposto na modernidade era sobre a ORIGEM DO VALOR MORAL. Teorias deontológicas e consequencialistas divergiam nas respostas.

ÉTICA DEONTOLÓGICA

- Valor na Causa

ÉTICA CONSEQUENCIALISTA

- Valor no Resultado

a) Ética Deontológica – Ética Kantiana

Immanuel Kant parte do seguinte pressuposto: *“Se somos racionais e livres, por que valores, fins e leis morais não são espontâneos em nós, mas precisam assumir a forma do dever?”* E a resposta é simples: *Porque não somos seres morais apenas. Também somos seres naturais, submetidos à causalidade necessária da Natureza. Nosso corpo e nossa psique são feitos de apetites, impulsos, desejos e paixões. Nossos sentimentos, nossas emoções e nossos comportamentos são a parte da Natureza em nós, exercendo domínio sobre nós, submetendo-se à causalidade natural inexorável.*

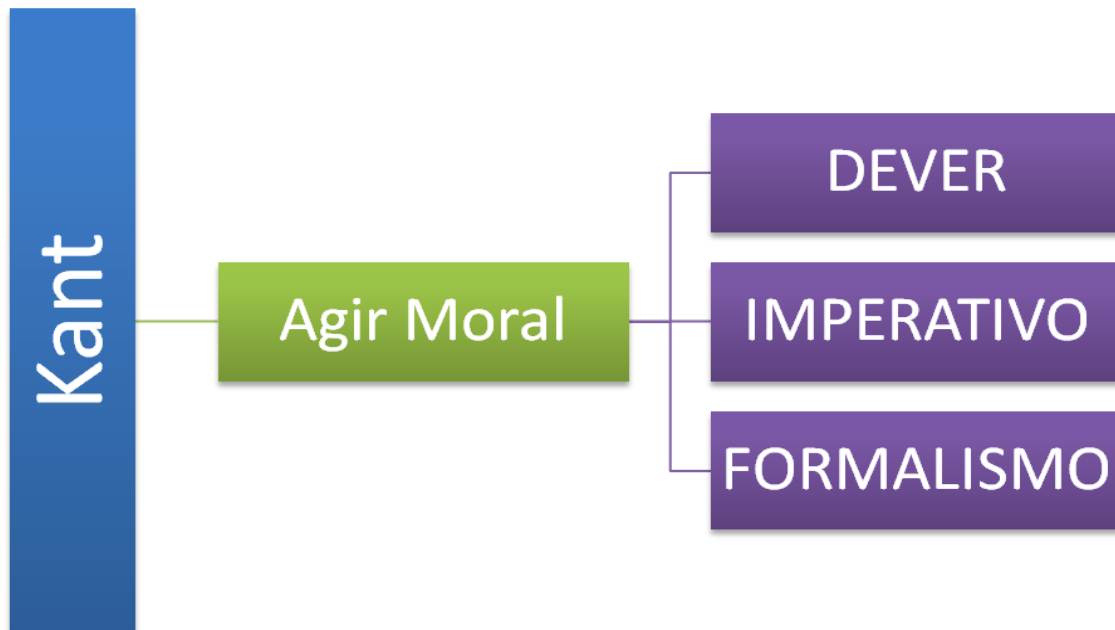
Dessa forma o DEVER O dever revela nossa verdadeira natureza.

O dever, afirma Kant, não se apresenta através de um conjunto de conteúdos fixos, que definiriam a essência de cada virtude e diriam que atos deveriam ser praticados e evitados em cada circunstância de nossas vidas. O dever não é um catálogo de virtudes nem uma lista de “faça isto” e “não faça aquilo”. O dever é uma forma que deve valer para toda e qualquer ação moral.

Essa forma não é indicativa, mas imperativa. O imperativo não admite hipóteses (“se... então”) nem condições que o fariam valer em certas situações e não valer em outras, mas vale incondicionalmente e sem exceções para todas as circunstâncias de todas as ações morais. Por isso, o dever é um imperativo categórico. Ordena incondicionalmente. Não é uma motivação psicológica, mas a lei moral interior.

O imperativo categórico exprime-se numa fórmula geral:

Age em conformidade apenas com a máxima que possas querer que se torne uma lei universal.



A exposição kantiana parte de duas distinções: Razão pura teórica e prática são universais, isto é, as mesmas para todos os homens em todos os tempos e lugares – podem variar no tempo e no espaço os **conteúdos** dos conhecimentos e das ações, mas as **formas** da atividade racional de conhecimento e da ação são universais. Em outras palavras, o sujeito, em ambas, é **sujeito transcendental**. A diferença entre razão teórica e prática encontra-se em seus objetos.

RAZÃO TEÓRICA

A razão teórica ou especulativa tem como matéria ou conteúdo a realidade exterior a nós, um sistema de objetos que opera segundo leis necessárias de causa e efeito, independentes de nossa intervenção; a razão prática não contempla uma causalidade externa necessária, mas cria sua própria realidade, na qual se exerce.

RAZÃO PRÁTICA

A razão prática é a liberdade como instauração de normas e fins éticos. Se a razão prática tem o poder para criar normas e fins morais, tem também o poder para impô-los a si mesmo. Essa imposição que a razão prática faz a si mesma daquilo que ela própria criou é o dever. Este, portanto, longe de ser uma imposição externa feita à vossa vontade e à nossa consciência, é a expressão da lei moral em nós, manifestação mais alta da humanidade em nós. Obedecê-lo é obedecer a si mesmo. Por dever, damos a nós mesmos os valores, os fins e as leis de nossa ação moral e por isso somos autônomos.

b) Ética Consequencialista

O consequencialismo é a perspectiva normativa segundo a qual as consequências das nossas opções constituem o único padrão fundamental da ética. Esta perspectiva corresponde a um conjunto muito abrangente e diversificado de teorias da obrigação moral, do certo e do errado, e não há um acordo perfeito quanto às condições que uma teoria tem de satisfazer para ser classificada como "consequencialista". (O egoísmo ético, por exemplo, nem sempre é considerado uma versão de consequencialismo.) No entanto, as teorias consequencialistas mais puras exibem seguramente três características importantes.

1º- aplicam-se diretamente a atos individuais.

2º- prescrevem a maximização do bem, isto é, afirmam que os agentes morais estão sob a obrigação permanente e ilimitada de dar origem aos melhores estados de coisas ou situações.

3º- pressupõem uma teoria do valor que resulta numa avaliação dos estados de coisas em termos estritamente impessoais.



Jeremy Bentham (Londres, 15 de fevereiro de 1748 – Londres, 6 de junho de 1832), foi filósofo, jurista e um dos últimos iluministas a propor a construção de um sistema de filosofia moral, não apenas formal e especulativa, mas com a preocupação radical de alcançar uma solução a prática exercida pela sociedade de sua época. As propostas têm, portanto, caráter filosófico, reformador, e sistemático. O jurista, juntamente com John Stuart Mill e James Mill, foi tradicionalmente considerado como o difusor do utilitarismo, teoria ética normativa que se objetiva a responder todas as questões acerca do fazer, admirar e viver em termos da maximização da utilidade e da felicidade. Ou seja, para ele, as ações devem ser analisadas diretamente em função da tendência de aumentar ou reduzir o bem-estar das partes afetadas. E teria, ainda, buscado a extensão deste utilitarismo a todo o campo da moral (direito, economia, política).

Utilitarismo: O utilitarismo ético nasceu na Inglaterra do século XIX, onde florescia o capitalismo industrial, que prometia, pelo avanço da tecnologia, a era do conforto e do bem-estar - mesmo que, de fato, as discrepâncias entre riqueza e pobreza estivessem longe de ser superadas. Talvez justamente devido a esse desnível, a intenção dos utilitaristas era estender a todos aqueles benefícios, o que se percebe pelo avanço da discussão a respeito da reforma social, entre os liberais, e da revolução, entre os socialistas. O criador do utilitarismo foi Jeremy Bentham (1748-1832), já influenciado por outros pensadores. Segundo o "**princípio de utilidade**", tornado como critério para avaliar o ato moral, o bem é o que possibilita a felicidade reduz a dor e o sofrimento. Além disso, porém, deve beneficiar o maior número de pessoas.

O termo "utilitarismo" foi usado pela primeira vez por John Stuart Mill (1806-1873), o divulgador mais famoso dessa concepção. Pode-se dizer que se trata da forma atualizada do hedonismo grego, na medida em que destaca a busca do prazer, só que com ênfase no caráter social. Coerente com seus propósitos, Stuart Mill criticava o egoísmo que prevalecia no liberalismo clássico e preconizava um liberalismo com aspirações democráticas. Casado com Harriet Taylor, feminista e socialista, participou da fundação da primeira sociedade defensora do direito de voto para as mulheres.

Assim diz Stuart Mill:

"O credo que aceita como fundamento da moral o Útil ou Princípio da Máxima Felicidade considera que uma ação é correta na medida em que tende a promover a felicidade, e errada quando tende a gerar o oposto da felicidade. Por felicidade entende-se o prazer e a ausência da dor; por infelicidade, dor, ou privação do prazer. Para proporcionar uma visão mais clara do padrão moral estabelecido por essa teoria, e preciso dizer muito mais; em particular, o que as idéias de dor e prazer incluem e ate que ponto essa questão fica em aberto."



Stuart Mill abrindo passagem para as sufragistas, charge de 1867. A legenda da charge é a seguinte: "A lógica de Mill, ou direito a voto para mulheres: 'Por favor, abram caminho ai para estas... hum... pessoas...'".

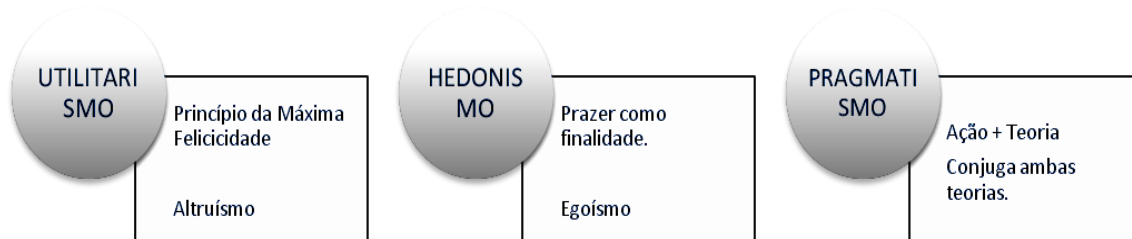
Stuart Mill oferece explicações para superar o que chamou de questões "em aberto", mas mesmo assim o utilitarismo, embora tenha sido muito aceito no século XIX, suscitou inúmeras controvérsias, sobretudo diante do critério para decidir quais são os prazeres superiores, quais devem ser desprezados e como conciliar o interesse pessoal e o coletivo.

Hedonismo: Para a filosofia propriamente dita, hedonismo é coisa séria. Suas raízes foram lançadas pelo filósofo grego Epicuro. Ele pregava que o objetivo de todos os atos é alcançar o prazer e, com ele, a alma tranqüila que permitiria viver numa espécie de estado superior. "É a busca dos prazeres simples e refinados para viver com sabedoria". Apesar da moderação e até frugalidade da idéia original, o que se disseminou, nada surpreendentemente, foi uma espécie de degeneração do conceito – pensem em Roma e todos os seus abusos. Também nada surpreendentemente, o cristianismo se transformou numa espécie de bandeira anti-hedonista, sobretudo em suas variantes mais puritanas – pensem no protestantismo fundamentalista que está na raiz da formação americana. A moral utilitarista de Jeremy Bentham é outra forma de hedonismo, considerando que moral é tudo o que seja útil e que é útil tudo o que traga benefícios (prazer, felicidade).

Pragmatismo: Corrente filosófica segundo a qual a *eficácia na aplicação prática* fornece o critério para determinar a **verdade** das proposições. Assim, uma proposição é verdadeira se for, na prática, vantajoso sustentá-la, ou, na versão de William James (1842-1910), se funcionar. Isto significa que o **conhecimento** é um instrumento para organizar a **experiência** e os conceitos são hábitos de **crença** ou regras de **ação**. Os pragmatistas pensam que a experiência humana é um processo histórico, contingente e evolutivo e consideram que muitos dos **problemas filosóficos** têm origem em dualismos (como teoria-prática e realidade-aparência), que derivam de teorias do conhecimento que concebem as crenças como representações e, por isso, chamaram a atenção para a continuidade entre experiência e natureza, e para a reciprocidade entre teoria e prática, entre conhecimento e ação e entre fatos e valores.

O pragmatismo ético, considera portanto que os valores éticos dependem sempre de uma determinada cultura em um determinado momento histórico, porém, não considera que isso acarretaria o fim da ética. A definição cultural de valores éticos, revela, ao contrário, que as sociedades e culturas que estabelecem esses valores definem normas e regras para sua aplicação e sanções para os que não as cumprem, estabelecendo assim uma normatividade, que caracteriza a ética em geral. O conteúdo desses valores pode variar e quanto a isso uma análise histórica, antropológica ou sociológica, parece com efeito deixar claro.

O fato desses valores serem, nesse sentido, convencionais, não significa, contudo, que sejam arbitrários, ou que possam ser alterados a qualquer momento ou por qualquer motivo. Ao contrário, essa convencionalidade social, faz com que aqueles que os adotam tornem-se responsáveis por sua validade e por seu cumprimento, podendo portanto ser cobrados nesses sentido, é assim exatamente na medida em que os valores são convencionais que somos responsáveis por sua validade, enquanto aqueles que constituem e assumem as convenções. O mesmo ocorre quando esses valores são alterados, caem em desuso ou são substituídos. Em todo esse processo há uma responsabilidade e uma imputabilidade referentes àqueles que pertencem a esses contextos.



TREINANDO PARA O ENEM

1. (UERJ) O Iluminismo é a saída do homem do estado de tutela, pelo qual ele próprio é responsável.

O estado de tutela é a incapacidade de utilizar o próprio entendimento sem a condução de outrem. Cada um é responsável por esse estado de tutela quando a causa se refere não a uma insuficiência do entendimento, mas à insuficiência da resolução e da coragem para usá-lo sem ser conduzido por outrem. Sapere aude! Tenha a coragem de usar seu próprio entendimento. Essa é a divisa do Iluminismo.*

IMMANUEL KANT (1784)

**Expressão latina que significa "tenha a coragem de saber, de aprender".
In: BOMENY, Helena e FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Tempos modernos, tempos de sociologia. São Paulo: Ed. do Brasil, 2010.*

No contexto da expansão capitalista no século XIX, uma das ideias centrais do Iluminismo, de acordo com o texto, está associada diretamente à valorização da:

- a) superioridade técnica
- b) soberania econômica
- c) liberdade política
- d) razão científica

2. (UEL) Leia o texto a seguir.

As leis morais juntamente com seus princípios não só se distinguem essencialmente, em todo o conhecimento prático, de tudo o mais onde haja um elemento empírico qualquer, mas toda a Filosofia moral repousa inteiramente sobre a sua parte pura e, aplicada ao homem, não toma emprestado o mínimo que seja ao conhecimento do mesmo (Antropologia).

KANT, I. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Trad. de Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009. p.73.

Com base no texto e na questão da liberdade e autonomia em Immanuel Kant, assinale a alternativa correta.

- a) A fonte das ações morais pode ser encontrada através da análise psicológica da consciência moral, na qual se pesquisa mais o que o homem é, do que o que ele deveria ser.
- b) O elemento determinante do caráter moral de uma ação está na inclinação da qual se origina, sendo as inclinações serenas moralmente mais perfeitas do que as passionais.
- c) O sentimento é o elemento determinante para a ação moral, e a razão, por sua vez, somente pode dar uma direção à presente inclinação, na medida em que fornece o meio para alcançar o que é desejado.
- d) O ponto de partida dos juízos morais encontra-se nos "propulsores" humanos naturais, os quais se direcionam ao bem próprio e ao bem do outro.
- e) O princípio supremo da moralidade deve assentar-se na razão prática pura, e as leis morais devem ser independentes de qualquer condição subjetiva da natureza humana.

3. (UNESP) A fonte do conceito de autonomia da arte é o pensamento estético de Kant. Praticamente tudo o que fazemos na vida é o oposto da apreciação estética, pois praticamente tudo o que fazemos serve para alguma coisa, ainda que apenas para satisfazer um desejo. Enquanto objeto de apreciação estética, uma coisa não obedece a essa razão instrumental: enquanto tal, ela não serve para nada, ela vale por si. As hierarquias que entram em jogo nas coisas que obedecem à razão instrumental, isto é, nas coisas de que nos servimos, não entram em jogo nas obras de arte tomadas enquanto tais. Sendo assim, a luta contra a autonomia da arte tem por fim submeter também a arte à razão instrumental, isto é, tem por fim recusar também à arte a dimensão em virtude da qual, sem servir para nada, ela vale por si. Trata-se, em suma, da luta pelo empobrecimento do mundo.

(Antônio Cícero. "A autonomia da arte". Folha de São Paulo, 13.12.2008. Adaptado.)

De acordo com a análise do autor,

- a) a racionalidade instrumental, sob o ponto de vista da filosofia de Kant, fornece os fundamentos para a apreciação estética.
 - b) um mundo empobrecido seria aquele em que ocorre o esvaziamento do campo estético de suas qualidades intrínsecas.
 - c) a transformação da arte em espetáculo da indústria cultural é um critério adequado para a avaliação de sua condição autônoma.
 - d) o critério mais adequado para a apreciação estética consiste em sua validação pelo gosto médio do público consumidor.
 - e) a autonomia dos diversos tipos de obra de arte está prioritariamente subordinada à sua valorização como produto no mercado.
4. (UFSM) A necessidade de conviver em grupo fez o homem desenvolver estratégias adaptativas diversas. Darwin, num estudo sobre a evolução e as emoções, mostrou que o reconhecimento de emoções primárias, como raiva e medo, teve um papel central na sobrevivência. Estudos antigos e recentes têm mostrado que a moralidade ou comportamento moral está associado a outros tipos de emoções, como a vergonha, a culpa, a compaixão e a empatia. Há, no entanto, teorias éticas que afirmam que as ações boas devem ser motivadas exclusivamente pelo dever e não por impulsos ou emoções.

Essa teoria é a ética

- a) deontológica ou kantiana.
- b) das virtudes.
- c) utilitarista.
- d) contratualista.
- e) teológica.

5. (UEMA) Fraqueza e covardia são as causas pelas quais a maioria das pessoas permanece infantil mesmo tendo condição de libertar-se da tutela mental alheia. Por isso, fica fácil para alguns exercer o papel de tutores, pois muitas pessoas, por comodismo, não desejam se tornar adultas. Se tenho um livro que pensa por mim; um sacerdote que dirige minha consciência moral; um médico que me prescreve receitas e, assim por diante, não necessito preocupar-me com minha vida. Se posso adquirir orientações, não necessito pensar pela minha cabeça: transfiro ao outro esta penosa tarefa de pensar.

Fonte: I. Kant, *O que é a ilustração*. In: F. Weffort (org). *Os clássicos da política*, v. 2, 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Esse fragmento compõe o livro de Kant que trata da importância da(o)

- a) juízo.
- b) razão.
- c) cultura.
- d) costume.
- e) experiência.

6. (PUCPR) A preocupação sobre o futuro da natureza e a ação da civilização tecnológica apresenta-se como traços constitutivos do pensamento de Hans Jonas. Neste sentido, o *princípio responsabilidade* pretende superar as éticas tradicionais, as quais o autor chama de “éticas da similitude”.

A respeito da reflexão ética de Hans Jonas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A responsabilidade não tem nenhuma implicância e relevância com relação às futuras gerações, associando-se, assim, com a ética de Kant.
- b) A responsabilidade adquire uma nova dimensão pela técnica que as éticas tradicionais (por exemplo, a ética aristotélica) não comportam, uma vez que estas não apontam para as consequências futuras.
- c) As éticas tradicionais primam pelo antropocentrismo, tornando-se, assim, um problema, pois não buscam um fim imanente também na natureza.
- d) A responsabilidade pelas futuras gerações e pelo todo orgânico são elementos fundamentais na proposta ética de Hans Jonas.
- e) A responsabilidade não pode ser uma relação recíproca, uma vez que tal relação se move incidindo numa ética futurista.

7. (UEL) Leia o texto a seguir.

Kant, mesmo que restrito à cidade de Königsberg, acompanhou os desdobramentos das Revoluções Americana e Francesa e foi levado a refletir sobre as convulsões da história mundial. Às incertezas da Europa plebeia, individualista e provinciana, contrapôs algumas certezas da razão capazes de restabelecer, ao menos no pensamento, a sociabilidade e a paz entre as nações com vista à constituição de uma federação de povos – sociedade cosmopolita.

(Adaptado de: ANDRADE, R. C. "Kant: a liberdade, o indivíduo e a república". In: WEFORT, F. C. (Org.). *Clássicos da política*. v.2. São Paulo: Ática, 2003. p.49-50.)

Com base nos conhecimentos sobre a Filosofia Política de Kant, assinale a alternativa correta.

- a) A incapacidade dos súditos de distinguir o útil do prejudicial torna imperativo um governo paternal para indicar a felicidade.
 - b) É chamado cidadão aquele que habita a cidade, sendo considerados cidadãos ativos também as mulheres e os empregados.
 - c) No Estado, há uma igualdade irrestrita entre os membros da comunidade e o chefe de Estado.
 - d) Os súditos de um Estado Civil devem possuir igualdade de ação em conformidade com a lei universal da liberdade.
 - e) Os súditos estão autorizados a transformar em violência o descontentamento e a oposição ao poder legislativo supremo.
8. (UNESP) "Religião sempre foi um negócio lucrativo". Assim começa uma reportagem da revista americana *Forbes* sobre os milionários bispos fundadores das maiores igrejas evangélicas do Brasil. A revista fez um ranking com os líderes mais ricos. No topo da lista, está o bispo Edir Macedo, que tem uma fortuna estimada em R\$ 2 bilhões, segundo a revista. Em seguida, vem Valdemiro Santiago, com R\$ 400 milhões; Silas Malafaia, com R\$ 300 milhões; R. R. Soares, com R\$ 250 milhões, e Estevan Hernandez Filho e a bispa Sônia, com R\$ 120 milhões juntos. A *Forbes* também destaca o crescimento dos evangélicos no Brasil – de 15,4% para 22,2% da população na última década –, em detrimento dos católicos. Hoje, os católicos romanos somam 64,6% da população, ou 123 milhões de brasileiros. Os evangélicos, por sua vez, já somam 42 milhões, em uma população total de 191 milhões de pessoas.

(*Forbes* lista os seis líderes milionários evangélicos no Brasil.uol.com.br, 19.01.2013. Adaptado.)

Os fatos descritos na reportagem são compatíveis filosoficamente com uma concepção

- a) teológico-protestante, baseada na valorização do sacrifício pessoal e da prosperidade material.
- b) kantiana, que preconiza a possibilidade de se atingir a maioria intelectual.
- c) cartesiana, que pressupõe a existência de Deus como condição essencial para o conhecimento racional.
- d) dialético-materialista, baseada na necessidade de superação do trabalho alienado.
- e) teológico-católica, defensora da caridade e idealizadora de virtudes associadas à pobreza.

9. (UNIOESTE) *“A necessidade prática de agir segundo este princípio, isto é, o dever, não assenta em sentimentos, impulsos e inclinações, mas, sim, somente na relação dos seres racionais entre si, relação essa em que a vontade de um ser racional tem de ser considerada sempre e simultaneamente como legisladora, porque de outra forma não podia pensar-se como fim em si mesmo. A razão relaciona, pois, cada máxima da vontade concebida como legisladora universal com todas as outras vontades e com todas as ações para conosco mesmos, e isto não em virtude de qualquer outro móbil prático ou de qualquer vantagem futura, mas em virtude da ideia da dignidade de um ser racional que não obedece à outra lei senão àquela que ele mesmo simultaneamente dá a si mesmo. [...] O que se relaciona com as inclinações e necessidades gerais do homem tem um preço venal [...], aquilo, porém, que constitui a condição só graças a qual qualquer coisa pode ser um fim em si mesma, não tem somente um valor relativo, isto é, um preço, mas um valor íntimo, isto é, dignidade”. Kant.*

Considerando o texto citado e o pensamento ético de Kant, seguem as afirmativas abaixo:

- I. Para Kant, existe moral porque o ser humano e, em geral, todo o ser racional, fim em si mesmo e valor absoluto, não deve ser tomado simplesmente como meio ou instrumento para o uso arbitrário de qualquer vontade.
- II. Fim em si mesmo e valor absoluto, o ser humano é pessoa e tem dignidade, mas uma dignidade que é, apenas, relativamente valiosa, por se encontrar em dependência das condições psicossociais e político-econômicas nas quais vive.
- III. A moralidade, única condição que pode fazer de um ser racional fim em si mesmo e valor absoluto, pelo princípio da autonomia da vontade, e a humanidade, enquanto capaz de moralidade, são as únicas coisas que têm dignidade.
- IV. As pessoas têm dignidade porque são seres livres e autônomos, isto é, seres que se submetem às leis que se dão a si mesmos, atendendo imediatamente aos apelos de suas inclinações, sentimentos, impulsos e necessidades.
- V. A *autonomia* da vontade é o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda natureza racional e, por esta razão, a vontade não está simplesmente submetida à lei, mas submetida à lei por ser concebida como vontade legisladora universal, ou seja, se submete à lei na exata medida em que ela é a autora da lei (moral).

Das afirmativas feitas acima

- a) somente a afirmação I está incorreta.
- b) somente a afirmação III está incorreta.
- c) as afirmações II e IV estão incorretas.
- d) as afirmações II e III estão incorretas.
- e) as afirmações II, III e V estão incorretas.

10. (UFSM) Os filósofos Arne Naess e George Sessions propuseram, em 1984, diversos princípios para uma ética ecológica profunda, entre os quais se encontra o seguinte:

O bem-estar e o florescimento da vida humana e não humana na Terra têm valor em si mesmos. Esses valores são independentes da utilidade do mundo não humano para finalidades humanas.

Considere as seguintes afirmações:

- I. A ética kantiana não se baseia no valor de utilidade das ações.
- II. “Valor intrínseco” é um sinônimo para “valor em si mesmo”.
- III. A ética utilitarista rejeita a concepção de que as ações têm valor em si mesmas.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) I, II e III.

11. (UFU) Autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças à qual ela é para si mesma a sua lei (independentemente da natureza dos objetos do querer). O princípio da autonomia é, portanto: não escolher senão de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 85.

De acordo com a doutrina ética de Kant:

- a) O Imperativo Categórico não se relaciona com a matéria da ação e com o que deve resultar dela, mas com a forma e o princípio de que ela mesma deriva.
- b) O Imperativo Categórico é um cânone que nos leva a agir por inclinação, vale dizer, tendo por objetivo a satisfação de paixões subjetivas.
- c) Inclinação é a independência da faculdade de apetição das sensações, que representa aspectos objetivos baseados em um julgamento universal.
- d) A boa vontade deve ser utilizada para satisfazer os desejos pessoais do homem. Trata-se de fundamento determinante do agir, para a satisfação das inclinações.

12. (ENEM) Até hoje admitia-se que nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém todas as tentativas para descobrir, mediante conceitos, algo que ampliasse nosso conhecimento, malogravam-se com esse pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento.

KANT, I. Crítica da razão pura. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 1994 (adaptado).

O trecho em questão é uma referência ao que ficou conhecido como revolução copernicana na filosofia. Nele, confrontam-se duas posições filosóficas que

- a) assumem pontos de vista opostos acerca da natureza do conhecimento.
- b) defendem que o conhecimento é impossível, restando-nos somente o ceticismo.
- c) revelam a relação de interdependência entre os dados da experiência e a reflexão filosófica.
- d) apostam, no que diz respeito às tarefas da filosofia, na primazia das ideias em relação aos objetos.
- e) refutam-se mutuamente quanto à natureza do nosso conhecimento e são ambas recusadas por Kant.

13. (ENEM) Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento. A preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens, depois que a natureza de há muito os libertou de uma condição estranha, continuam, no entanto, de bom grado menores durante toda a vida.

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? Petrópolis: Vozes, 1985 (adaptado).

Kant destaca no texto o conceito de Esclarecimento, fundamental para a compreensão do contexto filosófico da Modernidade. Esclarecimento, no sentido empregado por Kant, representa

- a) a reivindicação de autonomia da capacidade racional como expressão da maioridade.
- b) o exercício da racionalidade como pressuposto menor diante das verdades eternas.
- c) a imposição de verdades matemáticas, com caráter objetivo, de forma heterônoma.
- d) a compreensão de verdades religiosas que libertam o homem da falta de entendimento.
- e) a emancipação da subjetividade humana de ideologias produzidas pela própria razão.

Gabarito

1.D	2.E	3.B	4.A	5.B	6.A	7.D	8.A	9.C	10.E
11.A	12.A	13.A							